

LEI Nº 1.338/2020.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EXU-PE, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, Plenário Luiz Gonzaga, em Sessão Ordinária do dia 28 (vinte e oito) de Agosto de 2020, APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, e na Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município de EXU para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as metas e prioridades, metas fiscais e riscos fiscais da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições para as transferências;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária;
- VII - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo;
- VIII- as disposições relativas à dívida pública do Município;
- IX- a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- X- as disposições sobre transparência fiscal; e
- XI - as disposições finais.

CAPÍTULO I AS METAS E PRIORIDADES, METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I Das Prioridades e Metas

Art.2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário constante desta Lei.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021, respeitadas as disposições constitucionais e legais, terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual de 2021, bem como na sua execução, não se

constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:

I - aprimoramento dos investimentos na área da saúde, com ampliação da rede física, humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica;

II - ampliação do acesso à educação básica, melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, com ampliação e requalificação da rede física, atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e diretores de escolas municipais, expansão do programa Saúde na Escola e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do Município;

III - garantia da mobilidade e da acessibilidade no espaço urbano, expansão das intervenções em vias urbanas;

IV - melhoria das condições de segurança pública no Município, sobretudo em seus próprios públicos e criação de uma rede municipal de prevenção social da violência;

V - estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com projetos de infraestrutura, otimização dos processos de licenciamento e regularização, possibilitando ambiente acolhedor ao empreendedor, expansão dos programas de qualificação de jovens, ampliação das perspectivas de turismo de lazer, cultura e negócios no Município;

VI - melhoria do acesso aos serviços públicos e à informação, elevando a qualidade do atendimento ao cidadão e aperfeiçoando o relacionamento com a população, valorização e aprimoramento do desempenho profissional dos servidores e empregados públicos municipais, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da capacitação;

VII - fortalecimento da política habitacional de interesse social, por meio da ampliação de programas de moradia, com viabilização de novas moradias, reassentamentos, melhorias urbanísticas e ambientais;

VIII - aprimoramento do processo do Orçamento Participativo para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente;

IX - promoção da recuperação e preservação ambiental, notadamente por meio de ações voltadas para a despoluição de cursos d'água e redução de inundações, desenvolvimento urbano ordenado e melhoria das condições urbanísticas, ambientais e econômicas da cidade por meio da revitalização de espaços urbanos, garantia dos serviços de limpeza urbana e expansão dos serviços de coleta; garantia do ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, revitalização dos principais corredores viários e garantia dos serviços de manutenção necessários aos espaços públicos da cidade, melhoria da qualidade ambiental, da informação e das infraestruturas;

X - promoção, apoio e incentivo à formação cultural, ao acesso da população aos bens e atividades culturais de forma integrada às outras políticas sociais do Município, apoio às iniciativas de criação e produção artístico-culturais da sociedade, promoção de

medidas de preservação dos marcos e espaços de referência simbólica e da história da cidade e recuperação e valorização do patrimônio cultural;

Art. 4º As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2021 são as constantes do anexo I que integra esta Lei.

Seção II Das Metas Fiscais

Art. 5º As Metas Fiscais, constantes do Anexo II que integra esta Lei, dispõe sobre as metas anuais, em valores constantes e correntes, de receitas e de despesas, os resultados nominal e primário, o montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes, bem como a avaliação do cumprimento de metas referidas no § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, por meio dos demonstrativos abaixo:

- I - demonstrativo I -metas anuais
- II - demonstrativo II– avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior;
- III - demonstrativo III– metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - demonstrativo IV– evolução do patrimônio líquido;
- V - demonstrativo V– origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- VI - demonstrativo VI– avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos;
- VII -demonstrativo VII- estimativa e compensação da renúncia de receita;
- VIII - demonstrativo VIII- margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º No Anexo de Metas Fiscais, os demonstrativos descritos nos inciso I a VIII do caput estão estruturados de acordo com os critérios nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, consoante manual de elaboração aprovado pela Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e instruídos com metodologia e memória de cálculo para metas anuais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo 2, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 6º Durante o exercício será avaliado o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas para cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção III Dos Riscos Fiscais

Art. 7º Os Riscos Fiscais, constantes do Anexo III que integra esta Lei, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

§1º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º Os orçamentos para o exercício de 2021 destinarão recursos para reserva de contingência, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 8º. O projeto de lei orçamentária do Município de EXU, relativo ao exercício de 2021, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento, devendo o Governo Municipal promover audiências públicas;

III - o princípio de transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º. Na Lei Orçamentária de 2021, a despesa será discriminada por programas, órgãos executores, natureza da despesa e fontes de recursos.

§ 1º Os programas serão os seguintes:

- I - 1000 – Câmara Municipal;
- II - 1001 - Gestão Pública – Um Novo Tempo;
- III - 1002 – Mais Recursos, Mais Serviços;
- IV - 1003 - Implantação e implementação dos serviços e unidades do Sistema Único de Assistência Social SUAS;
- V - 1004 - Apoio a Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- VI - 1005 - Benefícios Eventuais e outros benefícios a famílias em vulnerabilidade social;
- VII - 1006 - Ações de Proteção Social Básica;
- VIII - 1007 - Ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- IX - 1008 - Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;
- X - 1009 - Trabalho, Emprego e Acesso à Renda;

- XI - 1010 - Controle Social no SUAS;
- XII - 1011 - Segurança Alimentar e Nutricional;
- XIII - 1012 - Ações estratégicas de enfrentamento ao Trabalho Infantil;
- XIV - 1013 - Implantação e Implementação dos serviços e unidades saúde;
- XV - 1014 - Apoio a Gestão do Sistema Único Saúde;
- XVI - 1015 - Manutenção de Programas e Projetos da secretaria de Saúde;
- XVII - 1016 - Ações de Atenção Básica;
- XVIII - 1017 - Ações de Média e Alta Complexidade;
- XIX - 1018 - Ações de Vigilância em Saúde;
- XX - 1019 - Todos na escola;
- XXI - 1020 - Escola e o futuro;
- XXII - 1021 - Alimentar é cuidar;
- XXIII - 1022 - Aprendendo sempre;
- XXIV - 1023 - Qualificando profissionais;
- XXV - 1024 - Múltiplos olhares na educação especial;
- XXVI - 1025 - Transportando conhecimento;
- XXVII - 1026 - Exu Integrado;
- XVIII - 1027 - Exu Viver;

§ 2º A despesa, quanto à sua natureza, segundo o art. 6º da Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação e elemento de despesa.

§ 3º As fontes de recursos de que trata o “caput” deste artigo compreendem:

- I - Tesouro Livre - Administração Direta;
- II - Tesouro Livre - Administração Indireta;
- III - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Educação - MDE;
- IV - Tesouro - Vinculados pela Constituição - Saúde;
- V - Vinculados por Lei;
- VI - Tesouro - Contrapartida;
- VII - Recursos Vinculados / Convênios e Contratos; e
- VIII - Operações de Crédito.

Art. 10 Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - subtítulo, o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

II - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública municipal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

V - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros;

VI - produto, bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

VII - unidade de medida, utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

VIII - meta física, quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o respectivo projeto, atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 5º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 6º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município e seus fundos, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Contabilidade Pública Integrado - SCPI.

Art.12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de

despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal (F) e da Seguridade Social (S).

§ 2º Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e
- VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 15, será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário (RP) tem como finalidade auxiliar a apuração do superávit primário previsto no art. 2º, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa.

§ 5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 6º A Modalidade de Aplicação (MA) destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas;

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 7º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Aplicações Diretas (MA 90); e

V - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 9º. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita sua identificação precisa.

Art. 13 Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 14. O Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo, até o dia cinco de outubro, a proposta Orçamentária Anual do Município de EXU/PE (LOA) para o exercício seguinte, e compor-se-á de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III. Tabelas explicativas, a que se refere o inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:
 - a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei no 4.320, de 1964; e
 - b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;
- V - Demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes das isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- VI - Relação de projetos e atividades constantes do projeto de lei orçamentária, com sua descrição e codificação, detalhados no mínimo por categoria econômica, pelo grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.
- VII - Anexo dispendo sobre as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

VIII - Anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos respectivos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei;

IX - Reserva de contingência, estabelecida na forma desta lei;

X - Demonstrativo com todas as despesas relativas à dívida pública;

§ 1º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual conterá:

I. Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa, observado, na previsão da receita, o disposto no artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

III. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

IV. Demonstrativo do cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V. Justificativa para eventuais alterações em relação às determinações contidas nesta lei.

§ 2º Os quadros e tabelas da proposta orçamentária deverão ser encaminhados em suporte físico que permita o imediato processamento eletrônico dos dados, sem prejuízo da apresentação usual, devendo os Poderes Executivo e Legislativo prover os recursos necessários ao adequado processamento dessas informações.

§ 3º O Poder Executivo tornará disponíveis, por meio da Internet, cópia da proposta orçamentária, cópia da lei orçamentária e respectivos anexos, até 10 (dez) dias após sua publicação e relatório resumido da execução orçamentária até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo no Projeto e na Lei Orçamentária de 2021 a, no mínimo, 1% (um por cento) e 0,5 (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, respectivamente, sendo pelo menos metade da Reserva, no Projeto de Lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º O controle de custos de que trata o **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

§ 3º Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 4º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 5º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

II - ações de caráter sigiloso;

III - ações que não sejam de competência do Município, nos termos da Constituição;

IV - clubes e associações de agentes públicos, ou quaisquer outras entidades congêneres;

V - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VI - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

VII - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público;

VIII - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte ou atendimento de despesas com finalidade similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto nos arts. 2º e 3º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 40; e

b) os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 59; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual 2018-2021.

§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2020, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos àqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderá considerar modificações constantes de projeto de lei de alteração do Plano Plurianual 2018 - 2021.

Seção II

Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 20. A Câmara Municipal encaminhará ao Poder Executivo, até 5 de setembro de 2020, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete inteiros por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício de 2020.

§ 2º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

§ 3º A remuneração dos servidores do Poder Legislativo não deverá ultrapassar o subsídio do Chefe do Poder Executivo, nos moldes do art. 37, XI, da Constituição Federal.

I - Na fixação dessa remuneração, a Câmara deverá observar, simultaneamente, o total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, além dos percentuais incidentes sobre o somatório das receitas tributárias e das transferências efetivamente realizadas no exercício anterior, previstas nos art. 153, §5º, 158 e 159 da Constituição Federal.

II - a despesa com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 6% da Receita Corrente Líquida do Municipal, conforme os art. 19 e 20 da LC 101/00.

III. Não será permitido à Câmara Municipal gastar mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os subsídios dos vereadores e proventos de inativos, nos termos do art. 29-A, §1º, da Constituição Federal.

§ 4º À Câmara de Vereadores enviará a Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado e cumprimento das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura até o dia vinte de cada mês, nos termos art. 29-A da Constituição Federal.

Paragrafo único - O repasse dos recursos à Câmara de Vereadores, relativo ao mês de janeiro de 2021, poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2020, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2021, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal para repasses de fundos ao Poder Legislativo.

Seção III Dos Débitos Judiciais

Art. 21. O orçamento para o exercício de 2021 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, art. 87 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

§ 1º Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2020, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2021, conforme determina a Constituição Federal.

§ 2º A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo periodicamente oficiar aos Tribunais para conferir os registros.

§ 3º Para fins de acompanhamento, o Setor Jurídico do Município examinará todos os precatórios e instruirá os setores envolvidos.

Seção IV Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social:

I - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal; e

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas e de fundos, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**.

§ 1º As receitas de que trata o inciso III do **caput** deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

Seção VII Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 23. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto do Poder Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e atualizações posteriores.

§1º Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do caput deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;

III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM e outros;

V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei no 4.320, de 1964.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 5º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2021, apresentadas de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso IV do **caput** do art. 14, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2021;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2021, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do Município do exercício de 2020.

§ 8º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 6º deverá identificar as respectivas unidades orçamentárias.

§ 9º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n° 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 10 Não se incluem no limite de suplementação previsto no § 9º as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;

IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;

V - transferências de fundos ao Poder Legislativo.

§ 11 As emendas feitas ao projeto de Lei Orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 12 Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 24. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2021 serão submetidas ao Prefeito, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações, observado o disposto no § 4º do art. 23.

§1º Será através de Decreto a execução da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total da lei orçamentária para o exercício de 2021.

§2º Não se incluem no limite de suplementação definido em ato normativo do Poder Executivo as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamentos do sistema previdenciário;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde – SUS e do Sistema municipal de Ensino;
- V – transferências de fundos ao Poder Legislativo.

Art. 25. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

Parágrafo Único. Os grupos de natureza de despesa decorrentes da abertura ou reabertura de créditos extraordinários durante o exercício, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 26. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2021.

Art. 27. Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2021 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização da Câmara Municipal.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no §2o do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio de cada Poder, até 15 de fevereiro de 2021, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1o do art. 10, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa Gestão Pública.

Seção VIII **Da Limitação Orçamentária e Financeira**

Art. 30. Os Poderes do Município deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de superávit primário estabelecida nesta Lei.

§ 1o No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem, conterão, em reais:

I - metas quadrimestrais para o superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2o;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria de Finanças do Município, as contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e, incluídos em demonstrativo à parte, os restos a pagar, distinguindo-se os processados dos não processados; e

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo

terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 31. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará mediante relatório, ao Poder Legislativo, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2021.

§ 2º Os Poderes do Município, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 3º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o **caput** ser divulgado na internet e encaminhado à Câmara Municipal.

Seção IX **Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 32. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2021 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

- I - pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público na forma da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- II - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas na Lei Orçamentária.
- III –Pessoal e Encargos Sociais;
- IV –Serviço da dívida; e
- XII – despesas com apoio ao transporte escolar.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2021 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2021 na Câmara Municipal e da execução prevista neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da Lei Orçamentária de 2021, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de 40% (quarenta por cento) da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º As programações não contempladas nos incisos do **caput** poderão ser executadas até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei

Orçamentária de 2021, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

CAPÍTULO IV AS DISPOSIÇÕES PARA AS TRANSFERÊNCIAS

Seção I Das Transferências para o Setor Privado Subseção Única Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art.16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único. A certificação de que trata o **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; ou

II - dispensada, desde que a entidade seja selecionada em processo público de ampla divulgação promovido pelo órgão ou entidade concedente para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde aos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- c) combate à pobreza extrema;
- d) atendimento às pessoas com deficiência; e
- e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV - Vírus da Imunodeficiência humana, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.

Seção II Disposições Gerais

Art. 34. Sem prejuízo das disposições contidas no art. 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei no 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - execução na modalidade de aplicação 50 - transferência à entidade privada sem fins lucrativos;

II - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

III - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

IV - publicação, pelo Poder respectivo, de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, na forma definida pelo concedente;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular;

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade em face do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

X - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades; e

XI - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria.

CAPÍTULO V

DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Seção I

Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2021, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em junho de 2020, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

Art. 36. Os Poderes do Município disponibilizarão e manterão atualizada, nos respectivos sítios na internet, no portal “Transparência” ou similar, tabela, por órgão, com os quantitativos, por níveis e o total geral, de:

I - cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, agrupados por nível e denominação;

II - cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública municipal, agrupados por nível e classificação; e

III - pessoal contratado por tempo determinado, observado a legislação vigente.

§ 1º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá ao modelo a ser definido pelo Poder Executivo, em conjunto com o Poder Legislativo.

§ 2º Não serão considerados como cargos e funções vagos, para efeito deste artigo, as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei Orçamentária de 2021 dotações necessárias à contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei.

Art. 37. No exercício de 2021, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 36;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 35.

Art. 38. Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;

§ 1º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo, e as leis deles decorrentes, não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia.

§ 2º Excetua-se do disposto neste artigo a transformação de cargos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

§ 3º Fica o Poder Público autorizado a criar cargos e admitir pessoal mediante concurso público de provas ou provas e títulos, e contratação temporária por excepcional interesse para atender as necessidades da administração direta, indireta e empresas públicas.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a título, de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2021, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º O anexo a que se refere o **caput** conterá autorização somente quando amparada por proposição, cuja tramitação seja iniciada na Câmara Municipal até 31 de agosto de 2020, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com as respectivas:

I - quantificações para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de Lei, ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos; e

III - especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, ou a lei correspondente.

§ 2º O anexo de que trata o § 1º considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, indicará expressamente o crédito orçamentário que contenha a dotação dos valores autorizados em 2021 e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização.

Art. 40. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes do Município, deverão ser, obrigatoriamente, publicados e disponibilizados nos sítios dos respectivos órgãos na internet.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 41. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1o As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o **caput**, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante de legislação vigente.

§ 2o O disposto no § 1o do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1.

CAPÍTULO VI **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Seção I **Disposições Gerais sobre Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação**

Art. 42. As proposições legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1o O Poder Executivo encaminhará, quando solicitados por Presidente da Câmara Municipal, prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2o A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 3o A remissão à futura legislação, o parcelamento ou a postergação para exercícios financeiros futuros do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no **caput**.

§ 4o Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa; e

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1o, da Constituição, concedendo aumento que resulte em somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição.

Seção II

Alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas

Art. 43. Somente será aprovado o projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

§ 2º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.

Art. 44. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, que sejam objeto de proposta de emenda, de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2021:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos trinta dias subsequentes

§ 3º O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º far-se-á por intermédio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 45. Sem prejuízo do disposto no art. 44, as estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2021.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO

Seção Única **Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos**

Art. 46. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 47. A Câmara Municipal poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de contratos e convênios com indícios de irregularidades graves.

CAPÍTULO VIII

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 48. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

CAPÍTULO IX

A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 49. Não compete ao Município de EXU estabelecer política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento

CAPÍTULO X

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 50. Os Poderes do Município divulgarão e manterão atualizada, na página do órgão concedente na internet, relação das entidades privadas termos dos arts. 33 a 34, contendo, pelo menos:

- I - nome e CNPJ;
- II - nome, função e CPF dos dirigentes;
- III - área de atuação;
- IV - endereço da sede;
- V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;
- VI - órgão transferidor; e
- VII - valores transferidos e respectivas datas.

Seção Única **Da Publicidade na Elaboração e Aprovação dos Orçamentos**

Art. 51. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ Parágrafo Único. Serão divulgados na internet:

I - pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3o, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2021, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária de 2021 e seus anexos;

d) os créditos adicionais e seus anexos;

e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e respectivos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário:

f) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;

g) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

h) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo; e

II - pelos Poderes, no sítio de cada Poder, o Relatório de Gestão, o Relatório e o Certificado de Auditoria, o Parecer do órgão de controle interno, em até trinta dias após seu envio ao Tribunal.

Art. 52. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4o do art. 9o da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até três dias da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A execução da Lei Orçamentária de 2021 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública municipal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º No texto da lei orçamentária para o exercício de 2021 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de no mínimo quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

§ 2º Não será objeto de emenda ao Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a supressão da autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no valor mínimo estabelecido no Projeto de Lei, bem como a autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal e atualizações posteriores, bem como da legislação aplicável.

Art. 54. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no **caput**.

§ 2º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei no 4.320, de 1964, a contabilidade:

- I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e
- II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei no 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993;

III - na execução das despesas na ante vigência da Lei Orçamentária de 2021, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 56. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública municipal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, bem como parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público e organizações sociais, conforme Lei Municipal e demais disposições legais aplicáveis, inclusive observância da Resolução TC nº 020/2005, do TCE-PE.

Art.58. Os dispositivos desta lei ficam submetidos, sobretudo em relação às despesas de pessoal, à compatibilidade com a LC 173/2020, não devendo infringir suas vedações.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EXU-PE, em 01 de Setembro de 2020.



Raimundo Pinto Saraiva Sobrinho
Prefeito

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 01 – LEGISLATIVA
01.01	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS
01.02	CONSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA CAMARA
01.03	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES ELETIVOS DO PODER LEGISLATIVO
01.04	MANUTENÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
01.05	MANUTENÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
01.06	ENCARGOS COM CONTRATOS - PESSOA JURÍDICA
01.07	DISPÊNDIO COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
01.08	DISPÊNDIO COM DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR
01.09	ENCARGOS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS
01.10	DISPÊNDIO COM SENTENÇAS JUDICIAIS
01.11	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DO CONTROLE INTERNO

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 04 - Administração
04.01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.
04.02	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE E EQUIPAMENTOS.
04.03	DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÕES OFICIAIS NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL.
04.04	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
04.05	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.
04.06	CONVÊNIOS E PARCERIAS COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS.
04.07	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES, PATROCÍNIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES DO MUNICÍPIO, ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, ASSOCIAÇÕES, CONSELHOS E GRUPOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.
04.08	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS.
04.09	IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DE TAXAS E IMPOSTOS MUNICIPAIS.
04.10	REFORMA DA SEDE DA PREFEITURA.
04.11	COMPLEMENTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA (CARGOS, SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS).
04.12	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA O GABINETE DA PREFEITURA, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.
04.13	DESENVOLVIMENTO DAS METAS EM CONJUNTO COM OS CONSELHOS MUNICIPAIS.
04.14	IMPLEMENTAÇÃO DO SETOR DE COMPRAS, COM A CRIAÇÃO DOS RESPECTIVOS CARGOS.
04.15	IMPLEMENTAÇÃO DA SALA E DO SISTEMA INFORMÁTICA-STI.
04.16	REESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO DA PREFEITURA.
04.17	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DO SETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO.
04.18	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. DE FINANÇAS.
04.19	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE E EQUIPAMENTOS. PARA SEC. DE FINANÇAS.
04.20	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS.
04.21	DESPESAS COM SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA

	DE FINANÇAS.
04.22	IMPLANTAÇÃO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT), VISANDO A MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E QUALIFICAÇÃO DO GASTO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS.
04.23	DESPESAS COM SERVIDORES TEMPORÁRIOS/CONTRATADOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS.
04.24	ENCARGOS COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.
04.25	ENCARGOS COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.
04.26	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS.
04.27	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E/OU VEÍCULOS PARA SECRETARIA DE FINANÇAS.
04.28	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTABILIDADE MUNICIPAL.
04.29	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.
04.30	ENCARGOS COM RESTITUIÇÕES, IDENIZAÇÕES E BENEFICIOS DE SERVIDORES EFETIVOS MUNICIPAIS.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 09 – Previdência Social
09.01	Manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, prestar assistência previdenciária aos servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes.
09.02	Realização de cadastro anual de servidores inativos, objetivando a “prova de vida”.
09.03	Implementação da junta médica para acompanhar os processos de afastamento temporário dos servidores por motivo de doença e os processos de aposentadoria por invalidez.

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.01	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.02	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
08.03	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS E OUTROS BENEFÍCIOS
08.04	APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS – IGD/SUAS
08.05	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL – IGD/SUAS
08.06	APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO – IGD PBF
08.07	FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL – IGD PBF
08.08	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO – ACESSUAS TRABALHO/PRONATEC
08.09	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.10	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.
08.11	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA
08.12	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO AEPETI
08.13	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
08.14	DISPÊNDIO COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS
08.15	AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19 NO AMBITO DO SUAS.

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 10 - Saúde
10.01	Aquisição de equipamentos hospitalares e para unidades
10.02	Construção e Ampliação ou recuperação do Hospital, postos e unidade de saúde
10.03	Implantação e manutenção de sala de estabilização no hospital municipal José Pinto Saraiva
10.04	Implantação e manutenção de 01 CTA e ações de combate a DST/AIDS
10.05	Implantação e manutenção do complexo regulador
10.06	Implantação e manutenção do Centro Materno Infantil
10.07	Construção e manutenção de uma sala de eutanásia canina
10.08	Aquisição de Veículos e Ambulâncias.
10.09	Construção, Ampliação e/ou reformas de academias da saúde
10.08	Reestruturar administrativamente a Secretaria de Saúde criando cargos e departamentos essenciais.
10.09	Despesas de servidores comissionados da Secretaria de Saúde
10.10	Despesas com servidores efetivos da Secretaria de Saúde
10.11	Despesas com servidores temporários/contratados da Secretaria de Saúde
10.12	Despesas com Patronais INSS
10.13	Despesas com Patronais – Previdência Própria
10.14	Despesas com a realização de Concurso Público e Seleções Simplificadas para Secretaria de Saúde
10.15	Criação e implantação do Plano de cargos, Carreiras e Salários dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde – SUS
10.16	Implantar e manter o núcleo de Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS
10.17	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
10.18	Manutenção das atividades do FMS
10.19	Manutenção das atividades do Hospital Municipal José Pinto Saraiva
10.20	Manutenção do Programa Saúde do Homem/Idoso
10.21	Dispêndio com locação de imóveis
10.22	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde
10.23	Manutenção das atividades do TFD/SUS
10.24	Manutenção da Casa de Apoio em Recife
10.25	Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica
10.26	Manutenção dos veículos dos programas de saúde
10.27	Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde
10.28	Manutenção do Programa Saúde da Família
10.29	Manutenção do Programa Saúde Bucal

10.30	Manutenção do Programa Saúde na Escola-PSE
10.31	Manutenção do Programa NASF
10.32	Apoio do Programa de Combate ao câncer de Colo de útero e mama
10.33	Manutenção da Academia da Saúde
10.34	Manutenção das Atividades do Centro de Especialidades Medicas Dr. Tácio Ulisses de Carvalho
10.35	Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO
10.36	Aquisição de Material Laboratorial do laboratório municipal
10.37	Manutenção do Programa de Serviço de Atendimento Móvel – SAMU
10.38	Manutenção das atividades do CAPS
10.39	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
10.40	Manutenção do Programa Vigilância Sanitária
10.41	Manutenção dos veículos da vigilância em Saúde
10.42	Manutenção da vigilância em Saúde
10.43	Manutenção do Programa Nacional de Imunização
10.44	Ações de enfrentamento ao COVID-19 no âmbito do SUS.

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 12 – Educação
12.01	Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação
12.02	Atendimento ao programa de alimentação escolar – Ens. Fund. I e II
12.03	Aquisição de móveis, máquinas e equipamentos diversos para o ensino fundamental
12.04	Manutenção da estrutura física das escolas da rede municipal de ensino
12.05	Aquisição de veículos para o transporte escolar
12.06	Aquisição de veículo, móveis e equipamentos – recursos diversos
12.07	Aquisição de material didático e pedagógico
12.08	Manutenção das atividades escolares do ensino fundamental
12.09	Dispêndio com o programa dinheiro direto na escola – PDDE (Eex)
12.10	Dispêndio com aquisição de fardamentos escolar
12.11	Manutenção dos transportes escolar recursos próprios
12.12	Manutenção dos transportes escolar – PETE/PNAT
12.13	Encargos com manutenção e contratação de pessoal FUNDEB - 40%
12.14	Encargos com manutenção e contratação de pessoal FUNDEB -60%
12.15	Manutenção do programa de capacitação dos servidores do ensino básico
12.16	Encargos com capacitações, cursos, congressos, simpósios e formação continuada
12.17	Dispêndio com diárias e passagens dos Profissionais de Educação
12.18	Dispêndio com o programa salário educação – FNDE
12.19	Manutenção das atividades do FUNDEB 60% - ensino fundamental
12.20	Manutenção das atividades do FUNDEB 40% - ensino fundamental
12.21	Dispêndio com transporte escolar - FUNDEB 40%
12.22	Const. ampliação e/ou recuperação de escolas municipais
12.23	Construção e/ou recuperação de creches
12.24	Manutenção do ensino infantil – recursos próprios e outros
12.25	Manutenção das atividades do PROJOVEM CAMPO
12.26	Construção/reforma e ampliação do prédio da secretaria municipal de educação

12.27	Construção e/ou recuperação de Creches
12.28	Manutenção do programa saúde na escola
12.29	Manutenção das atividades de educação especial.
12.30	Manutenção das atividades de Programas Educacionais: Alfabetizar com sucesso; Novo mais educação, Criança alfabetizada
12.31	Manutenção das atividades dos conselhos municipais (CME, CAE e FUNDEB)
12.32	Aquisição de móveis, equipamentos e outros materiais permanentes para os conselhos municipais (CME, CAE e FUNDEB)
12.33	Implantação/implementação da informatização nas escolas
12.34	Encargos com a Previdência Social da Secretaria (INSS)
12.35	Encargos com a Previdência Social da Secretaria (EXUPREV)
12.36	Dispêndio com Locação de imóveis para atendimento à educação.
12.37	Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 13 – CULTURA
13.01	Construção, manutenção e administração do Parque de Exposições e Eventos Luiz Gonzaga
13.02	Construção, manutenção e administração do Museu de Paleontologia e História Natural de Exu
13.03	Construção, manutenção e administração da sede da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desportos, com repartições de escritórios, sala de reunião, sala de exposições, sala dos conselhos de cultura, turismo e esportes e mini auditório
13.04	Construção, manutenção e administração de 01 Anfiteatro Municipal
13.05	Construção do Balcão Cultural como armazém criativo e da Casa do Artesão
13.06	Capacitação de Servidores para atuação no Museu de Paleontologia e História Natural de Exu
13.07	Realização de Congresso Regional sobre Paleontologia (Pesquisa científica)
13.08	Renovação de Convênio Termo de Cooperação com a equipe de Paleontologia da UFPE (Universidade Federal de

	Pernambuco), para pesquisas paleontológicas em Exu.
13.09	Material e seminários de sensibilização sobre o patrimônio fossilífero de Exu-PE
13.10	Implementação do Sistema Municipal de Cultura e Modernização da Gestão da Cultura com acompanhamento das etapas de execução Plano Municipal de Cultura
13.11	Formações Técnicas para servidores da Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos
13.12	Implantação de uma plataforma digital (Plataforma ExuCultural), para produção de dados e indicadores ligados ao Sistema Nacional de Informação(SNI)
13.13	Abertura de concurso público pra área da cultura, turismo e desportos na adequação a novos cargos de organograma da pasta
13.14	Realização de festas tradicionais e populares: Festa 31 de Maio, São João do Gonzagão, Vaquejada de Exu, Aniversário da cidade, Réveillon. E festas populares tradicionais dos Distritos.
13.15	Incentivo financeiro as festividades do Gonzagão e Festival Viva Gonzagão.
13.16	Revitalização do acervo da biblioteca municipal e nova estruturação em equipamentos
13.17	Oficina e curso na Biblioteca Municipal
13.18	Reuniões artísticas pedagógicas
13.19	Incentivo a realização de produções de coletivos culturais, como festival, mostra e outros. (quadrilhas juninas, de dança, teatro, literatura, música, gastronomia, artesanato e audiovisual.
13.20	Realização de eventos científicos, educacionais, fóruns, seminários, congressos e conferências
13.21	Incentivo a artistas e artesãos e movimentos culturais
13.22	Desenvolvimentos de programas do Plano Municipal de Cultura
13.23	Catalogar, Tombar como patrimônio municipal e desenvolver ações de sustentabilidade, preservação e sinalização turística do Sítio Arqueológico Pedra do Cabloco - pinturas rupestres no Sítio Gritadeira
13.24	Desenvolvimento de atividades museológicas e de preservação do patrimônio
13.25	Manutenção de equipamentos culturais: Museu de Paleontologia, Pontos Turísticos e demais equipamentos culturais.

13.26	Formação técnica de capacitação turística para servidores da pasta
13.27	Fomentar cursos e capacitações para a melhoria dos serviços de apoio ao turismo
13.28	Implementar um Centro de Informações Turísticas de Exu
13.29	Implementar sinalização de placas turísticas padronizadas
13.30	Implementar sinalização de placas turísticas padronizadas
13.31	Realização de seminários, oficinas e feiras turísticas
13.32	Desenvolvimento de aplicativo turístico relacionado ao Festival Viva Gonzagão e guia turístico do município
13.33	Construção da Orla Turística do Itamaragi
13.34	Organização dos Roteiros Turísticos do município. Incentivo a pesquisa, catalogação e turismo sustentável das grutas do Distrito de Tabocas.
13.35	Guia Turístico (catálogo com pontos turísticos de Exu)
13.36	Convênio com instituições para o desenvolvimento do turismo regional: URCA, EMPETUR, ASTUR, FUNDARPE, SESC, SEBRAE
13.37	Aquisição de materiais esportivos
13.36	Realização de campeonato, maratonas e outros eventos desportivos
13.37	Realização de gincana esportiva sobre a inclusão
13.38	Manutenção dos equipamentos esportivos: Poliesportivo, Módulo Esportivo, Vila Olímpica, Museu de Paleontologia, Pontos Turísticos e demais equipamentos culturais.
13.39	Realização de conferência esportiva municipal para elaboração do Plano Municipal de Esportes
13.40	Oficinas e atividades de esporte comunitário
13.41	Incentivo a atletas de Exu
13.42	Incentivo ao esporte feminino e a seleção de handball feminino de Exu e outras modalidades do esporte feminino.

ações prioritárias para 2021

Nº da Ação	Função: 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.01	Fomentar cursos e capacitações objetivando a melhoria dos serviços de apoio ao turismo do município
23.02	Convênios com setores privados que tenham a posse do aparelhamento turístico para o melhor funcionamento e acesso
24.03	Construção de um Centro de Informações Turísticas para a publicidade e informação do aparelhamento turístico

25.04	Promoção de cursos para formação de guias de turismo
26.04	Plano de Marketing da cultura e turismo local e plataforma digital dos artistas locais

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 27 – DESPORTO E LAZER
27.01	Apoio aos atletas e as atividades de lazer e esporte
27.02	Em parceria com a Secretaria de obras reformas e ampliações de equipamentos esportivos
27.03	Construção de piscinas olímpicas e pista de atletismo na Vila Olímpica, e melhorias de acordo com a necessidade.
27.04	Realização de campeonatos, maratonas e outros eventos desportivos.

**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 15 – Urbanismo
15.01	REFORMA E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO.
15.02	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES COMISSIONADOS LOTADOS NA SEC. OBRAS.
15.03	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIDORES EFETIVOS LOTADOS NA SEC. OBRAS.
15.04	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.
15.05	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
15.06	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA UTILIDADE PÚBLICA (TERRENO, EDIFÍCIOS E BENFEITORIAS).
15.07	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, E/OU REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTOS NA SEDE E OUTRAS LOCALIDADES.
15.08	CONSTRUÇÃO, MANUT. OU AMPLIAÇÃO DE PAV. ASFALTICA NAS RUAS DA SEDE E OUTRAS LOCALIDADES.
15.09	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE CALÇAMENTOS – RECURSOS CIDE.
15.10	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ SEC. INFRAESTRUTURA.
15.11	CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS PÚBLICOS, PRIVADAS HIGIÊNICAS E BANHEIROS.
15.12	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES.
15.13	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE LAVANDERIAS PÚBLICAS NA SEDE.
15.14	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA.
15.15	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ESGOTOS E UNIDADES.
15.16	CONSTRUÇÃO, REC., PERFURAÇÃO E/OU INSTALAÇÃO DE PÓÇOS, CISTERNAS, AÇUDES E BARRAGENS.
15.17	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO E VAQUEJADA.
15.18	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE MERCADO E AÇOUGUE.
15.19	CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.
15.20	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE QUADRAS.
15.21	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DAS CIDADES CONV. NO DISTRITO DE TIMORANTE.
15.22	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE VAQUEJADA.
15.23	CONSTRUÇÃO/ADEQUAÇÃO/REFORMA DE PÓRTICOS NAS

	ENTRADAS DA CIDADE.
15.24	AMPLIAÇÃO E OU RECUPERAÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS NA SEDE E DISTRITOS.
15.25	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ARBORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO.
15.26	CONSTRUÇÃO E/OU REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS.
15.27	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA COLETA DE LIXO.
15.28	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE CHAFARIZES NA SEDE, DISTRITOS E OUTRAS LOCALIDADES.
15.29	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA.
15.30	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.
15.31	IMPLANTAÇÃO DA 1ª E 2ª ETAPA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS COMUNIDADES DE ZÉ GOMES E ADJACÊNCIAS.

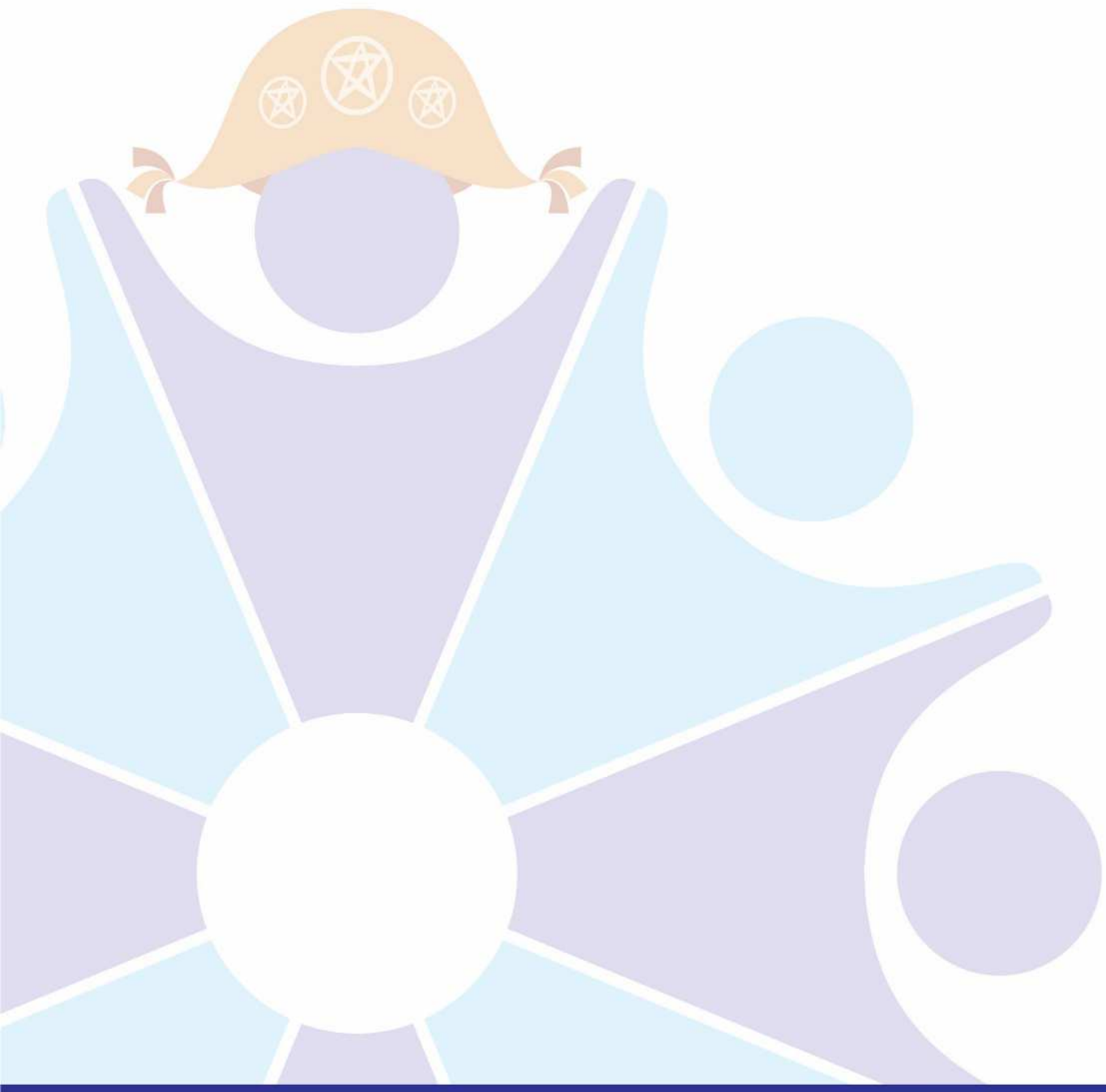
AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

Nº da Ação	Função: 25 – Energia
25.01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
25.02	IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA SEDE, DISTRITOS E OUTRAS LOCALIDADES.

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021

Nº da Ação	Função: 26 – Transportes
26.01	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SERVIDORES, PONTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE VIAGENS.
26.02	REESTRUTURAR ADMINISTRATIVAMENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES CRIANDO CARGOS E DEPARTAMENTOS ESPECÍFICOS.
26.03	DESPESAS DE SERVIDORES COMISSIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
26.04	DESPESAS COM SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
26.05	DESPESAS COM SERVIDORES COM VÍNCULOS PRECÁRIOS, TEMPORÁRIOS/CONTRATADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
26.06	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS INSS
26.07	DESPESAS COM CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA
26.08	DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E SELEÇÕES SIMPLIFICADAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
26.09	DIÁRIAS DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
26.10	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

26.11	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE E EQUIPAMENTOS
26.12	CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS



**ANEXO DE PRIORIDADES
ANEXO I**

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 18 – Gestão Ambiental
18.01	CAMPANHA: ADOTE UMA ARVORE, PLANTE UM FUTURO MELHOR
18.02	CAMPANHA: SEMEIE A VIDA, DOE UMA SEMENTE
18.03	LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DAS PRAÇAS DO CENTRO DA CIDADE E VILAS DO MUNICÍPIO (ARBORIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LOCALIZADA – GOTEJAMENTO)
18.04	DESENVOLVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OFICINAS DE RECICLAGEM, MUDAS, JUNTAMENTE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
18.05	PROGRAMAR A ARBORIZAÇÃO DA SEDE E DISTRITOS DO MUNICÍPIO
18.06	IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO DE MUDAS NATIVAS
18.07	IMPLANTAÇÃO DE MÓDULOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE PARA COMBATE A DESERTIFICAÇÃO EM ÁREAS CRÍTICAS DE EROSIÃO
18.08	REVITALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA MATA CILIAR DO RIO BRIGIDA EM TODO SEU CURSO NO MUNICÍPIO DE EXU
18.09	REVITALIZAÇÃO DOS OLHOS'D'ÁGUA (NASCENTES) E MANANCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
18.09	CAMPANHA: USO CONSCIENTE DA ÁGUA
18.10	PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
18.11	AÇÕES CONCRETAS PARA SEMANA DO MEIO AMBIENTE EM JUNHO
18.12	DESENVOLVER POLITICAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
18.13	MANTER BANCO DE DADOS DE TODA SITUAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO
18.14	PROMOVER TRABALHOS DE RECOMPOSIÇÃO DA FLORA E FAUNA EXISTENTE NO MUNICÍPIO, MANTENDO O EDEMISMO LOCAL
18.14	TRABALHAR A QUESTÃO DO LIXO DE FORMA ORDENADA COM MEDIDAS CRIATIVAS E DE SUSTENTABILIDADE, MANTENDO PARCERIAS COM COOPERATIVA DE RECICLAVEIS
18.15	CRIAÇÃO DE PONTOS DE RECOLHIMENTO DE PILHAS, BATERIAS E MATERIAIS RECICLAVEIS
18.16	IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO CONFORME LEI 12.305/2010- POLITICA NACIONAL DE RESIDUOS SÓLIDOS

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2021	
Nº da Ação	Função: 20 – Agricultura
20.01	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, BOMBAS E MOTORES
20.02	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS P/ SEC. DE AGRICULTURA
20.03	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA
20.04	IMPLANTAÇÃO DE PROG. DE APOIO AGROPECUÁRIO E CADEIAS PRODUTIVAS
20.05	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
20.06	AQUIS. DE SEMENTES, MUDAS SELECIONADAS, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
20.07	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS.
20.08	MANUTENÇÃO DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO DE REBANHO
20.09	DISPÊNDIO COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA
20.10	IMPLANTAÇÃO DE PEIXAMENTO NOS MANANCIAIS DO MUNICÍPIO
20.11	AQUISIÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.
20.12	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO
20.13	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MATADOURO PÚBLICO DO MUNICÍPIO
20.14	DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ADEQUADO PARA PRODUTOS DE ANIMAIS ABATIDOS.
20.15	APOIO ÀS ATIVIDADES DA EXPOLEITE
20.16	MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA DO CISAPE
20.17	IMPLANTAÇÃO E APOIO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIO (SIM)
20.18	APOIO ÀS ATIVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR
20.19	PERFURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS COMUNITÁRIOS
20.20	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE INCENTIVO AO TURISMO RURAL
20.21	APOIO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES ARTESANAIS

Parametros Iniciais

Município: Exu - PE
Ano da LDO: 2021

VARIAVEIS	2021	2022	2023
PIB real (crescimento % anual)	3,30	2,40	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	4,40%	5,60%	6,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,50	3,50

Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$***

Ano	Taxa de Crescimento do PIB real % ***	Valor em (R\$)	
		Realizado	Previsto
2019	1,90%	205.000.000.000	
2020			
2021			
2022			
2023			

Fonte: Agência Condepe/Fidem

	2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*
INDICES DE INFLAÇÃO	3,75%	4,31%	3,40%	3,60%	3,50%	3,50%

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 20/03/2020.

FONTE: Secretaria de Finanças

*** Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	85.916.787,52	82.931.262,09	#DIV/0!	89.009.791,87	83.011.388,91	#DIV/0!	92.125.134,59	83.011.388,91	#DIV/0!
Receitas Primárias (I)	82.152.651,11	79.297.925,79	#DIV/0!	85.110.146,55	79.374.542,14	#DIV/0!	88.089.001,68	79.374.542,14	#DIV/0!
Despesa Total	85.916.787,52	82.931.262,09	#DIV/0!	89.009.791,87	83.011.388,91	#DIV/0!	92.125.134,59	83.011.388,91	#DIV/0!
Despesas Primárias (II)	82.118.967,33	79.265.412,48	#DIV/0!	85.075.250,15	79.341.997,42	#DIV/0!	88.052.883,91	79.341.997,42	#DIV/0!
Resultado Primário (III) = (I – II)	33.683,79	32.513,31	#DIV/0!	34.896,40	32.544,72	#DIV/0!	36.117,78	32.544,72	#DIV/0!
Resultado Nominal	-95.671,67	-92.347,17	#DIV/0!	-104.743,59	-97.684,88	#DIV/0!	-105.500,07	-95.063,17	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	121.320,79	117.105,01	#DIV/0!	125.688,34	117.218,15	#DIV/0!	130.087,43	117.218,15	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	-2.909.544,21	-2.808.440,36	#DIV/0!	-3.014.287,80	-2.811.153,83	#DIV/0!	-3.119.787,88	-2.811.153,83	#DIV/0!
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: IBGE, CODEPE/FIDEM

Notas: O Cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
PIB real (crescimento % anual)	3,30	2,40	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	4,40%	5,60%	6,00%
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,50	3,50
Projeção do PIB do Estado de Pernambuco - R\$*	-	-	-
Índice para Deflação	1,036	1,072	1,110

*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	79.995.832,03	#DIV/0!	75.508.424,75	0,000	-4.487.407,28	-5,61
Receitas Primárias (I)	78.921.347,04	#DIV/0!	70.798.497,05	0,000	-8.122.849,99	-10,29
Despesa Total	79.995.832,03	#DIV/0!	75.132.547,77	0,000	-4.863.284,26	-6,08
Despesas Primárias (II)	78.889.984,61	#DIV/0!	70.083.915,02	0,000	-8.806.069,59	-11,16
Resultado Primário (III) = (I-II)	31.362,43	#DIV/0!	714.582,03	0,000	683.219,60	2178,47
Resultado Nominal	-485.421,42	#DIV/0!	-780.593,15	0,000	-295.171,73	60,81
Dívida Pública Consolidada	112.959,96	#DIV/0!	5.695.113,10	0,000	5.582.153,14	4941,71
Dívida Consolidada Líquida	-2.709.032,97	#DIV/0!	5.695.113,10	0,000	8.404.146,07	-310,23

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2019

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2019	0
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019	205.000.000.000

Fonte: AGÊNCIA Condepe/Fidem

*Até a data de elaboração deste anexo, a projeção do PIB estadual não havia sido divulgada.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	99.994.790,04	79.995.832,03	-20,00	83.091.670,72	3,87	85.916.787,52	3,40	89.009.791,87	3,60	92.125.134,59	3,50
Receitas Primárias (I)	98.651.683,80	78.921.347,04	-20,00	79.451.306,69	0,67	82.152.651,11	3,40	85.110.146,55	3,60	88.089.001,68	3,50
Despesa Total	99.994.790,04	79.995.832,03	-20,00	83.091.670,72	3,87	85.916.787,52	3,40	89.009.791,87	3,60	92.125.134,59	3,50
Despesas Primárias (II)	98.612.480,76	78.889.984,61	-20,00	79.418.730,49	0,67	82.118.967,33	3,40	85.075.250,15	3,60	88.052.883,91	3,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	39.203,04	31.362,43	-20,00	32.576,20	3,87	33.683,79	3,40	34.896,40	3,60	36.117,78	3,50
Resultado Nominal	-95.753,60	-485.421,42	406,95	-104.839,58	-78,40	-95.671,67	-8,74	-104.743,59	9,48	-105.500,07	0,72
Dívida Pública Consolidada	108.095,66	112.959,96	4,50	117.331,52	3,87	121.320,79	3,40	125.688,34	3,60	130.087,43	3,50
Dívida Consolidada Líquida	-2.223.611,55	-2.709.032,97	21,83	-2.813.872,54	3,87	-2.909.544,21	3,40	-3.014.287,80	3,60	-3.119.787,88	3,50

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	108.215.986,70	83.443.652,39	-22,89	83.091.670,72	-0,42	82.931.262,09	-0,19	83.011.388,91	0,10	83.011.388,91	0,00
Receitas Primárias (I)	106.762.455,30	82.322.857,10	-22,89	79.451.306,69	-3,49	79.297.925,79	-0,19	79.374.542,14	0,10	79.374.542,14	0,00
Despesa Total	108.215.986,70	83.443.652,39	-22,89	83.091.670,72	-0,42	82.931.262,09	-0,19	83.011.388,91	0,10	83.011.388,91	0,00
Despesas Primárias (II)	106.720.029,13	82.290.142,95	-22,89	79.418.730,49	-3,49	79.265.412,48	-0,19	79.341.997,42	0,10	79.341.997,42	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	42.426,17	32.714,15	-22,89	32.576,20	-0,42	32.513,31	-0,19	32.544,72	0,10	32.544,72	0,00
Resultado Nominal	-103.626,10	-506.343,08	388,63	-104.839,58	-79,29	-92.347,17	-11,92	-97.684,88	5,78	-95.063,17	-2,68
Dívida Pública Consolidada	116.982,88	117.828,54	0,72	117.331,52	-0,42	117.105,01	-0,19	117.218,15	0,10	117.218,15	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-2.406.428,55	-2.825.792,29	17,43	-2.813.872,54	-0,42	-2.808.440,36	-0,19	-2.811.153,83	0,10	-2.811.153,83	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	2018	2019	2020*	2021*	2022*	2023*
INDICES DE INFLAÇÃO	3,75%	4,31%	3,40%	3,60%	3,50%	3,50%
% Aplicação p/ valores Correntes	1,082	1,043	-	1,036	1,072	1,110

* Inflação Média (% atual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo BACEN - Relatório FOCUS de 20/03/2020.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	64.471,37	-0,04%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	-171.535.797,37	100,04%	47.809.267,00	100,00%	42.522.855,19	100,00%
TOTAL	-171.471.326,00	100,00%	47.809.267,00	100,00%	42.522.855,19	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-214.352.328,33	100,00%	9.979.919,95	100,00%	1.947.381,80	100,00%
TOTAL	-214.352.328,33	100,00%	9.979.919,95	100,00%	1.947.381,80	100,00%

FONTE: Secretaria de Finanças

Município de Exu - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2019 (g) = ((Ia - II d) +	2018 (h) = ((Ib - II e) +	2017 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota :

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2021
PLANO PREVIDENCIÁRIO

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.652.573,19	664.513,37	652.839,53
RECEITAS CORRENTES	2.652.573,19	664.513,37	652.839,53
Receita de Contribuições dos Segurados	2.652.573,19	664.513,37	652.839,53
Pessoal Civil	2.652.573,19	664.513,37	652.839,53
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.241.109,22	1.237.403,75	1.423.988,98
RECEITAS CORRENTES	4.241.109,22	1.237.403,75	1.423.988,98
Receita de Contribuições	3.179.504,63	851.039,17	909.625,10
Patronal	2.161.264,55	851.039,17	909.625,10
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	1.018.240,08	0,00	0,00
Receita Patrimonial	993.853,87	386.364,58	514.363,88
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	67.750,72	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	6.893.682,41	1.901.917,12	2.076.828,51
DESPESAS			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.687.463,76	0,00	130,95
ADMINISTRAÇÃO	163.961,89	0,00	130,95
Despesas Correntes	160.761,89	0,00	130,95
Despesas de Capital	3.200,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	6.523.501,87	0,00	0,00
Pessoal Civil	6.523.501,87	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	6.687.463,76	0,00	130,95
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	206.218,65	1.901.917,12	2.076.697,56
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS	9.649.245,23	6.602.257,76	6.846.566,32

FONTE: Secretaria de Finanças

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2021
PLANO FINANCEIRO

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	2.168.062,88	2.126.708,98
RECEITAS CORRENTES	0,00	2.168.062,88	2.126.708,98
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	2.168.062,88	2.126.708,98
Pessoal Civil	0,00	2.168.062,88	2.126.708,98
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	2.692.644,07	3.177.023,81
RECEITAS CORRENTES	0,00	2.692.644,07	3.177.023,81
Receita de Contribuições	0,00	2.330.788,52	3.001.651,70
Patronal	0,00	2.330.788,52	3.001.651,70
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	325.943,89	126.736,36
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	35.911,66	48.635,75
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	4.860.706,95	5.303.732,79
DESPESAS			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	7.496.503,35	8.029.178,37
ADMINISTRAÇÃO	0,00	204.042,43	199.237,02
Despesas Correntes	0,00	201.262,43	199.237,02
Despesas de Capital	0,00	2.780,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	7.292.460,92	7.829.941,35
Pessoal Civil	0,00	7.292.460,92	7.829.941,35
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	7.496.503,35	8.029.178,37
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	-2.635.796,40	-2.725.445,58
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º & 2º, inciso IV, alínea "c")					R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)	
2020	6.649.866,79	10.086.525,07	12.578.772,20		0,00
2021	6.569.897,57	10.732.834,52	9.170.561,58		0,00
2022	6.462.387,52	11.527.646,44	4.655.536,36		0,00
2023	6.269.578,08	12.792.812,05	-1.588.366,43		0,00
2024	6.102.697,57	13.858.200,52	-7.755.502,96		0,00
2025	5.959.422,67	14.754.999,98	-8.795.577,32		0,00
2026	5.827.659,54	15.530.065,21	-9.702.405,66		0,00
2027	5.567.160,45	17.043.685,29	-11.476.524,84		0,00
2028	5.266.187,43	18.737.270,08	-13.471.082,65		0,00
2029	5.071.338,95	19.777.687,17	-14.706.348,22		0,00
2030	4.935.716,04	20.421.263,14	-15.485.547,10		0,00
2031	4.791.452,65	21.050.921,09	-16.259.468,44		0,00
2032	4.629.312,07	21.779.574,39	-17.150.262,32		0,00
2033	4.375.348,75	23.005.479,40	-18.630.130,66		0,00
2034	4.275.545,29	23.281.261,74	-19.005.716,45		0,00
2035	4.168.018,05	23.560.445,61	-19.392.427,56		0,00
2036	4.104.011,39	23.552.451,31	-19.448.479,92		0,00
2037	4.015.848,27	23.662.823,13	-19.646.974,86		0,00
2038	3.947.108,39	23.625.013,05	-19.677.904,66		0,00
2039	3.853.131,84	23.660.916,75	-19.807.784,91		0,00
2040	3.792.833,28	23.478.326,24	-19.685.492,96		0,00
2041	3.686.938,72	23.475.746,47	-19.788.807,75		0,00
2042	3.574.249,00	23.468.455,70	-19.894.206,70		0,00
2043	3.477.715,58	23.325.746,64	-19.848.031,06		0,00
2044	3.372.068,82	23.165.500,01	-19.793.431,20		0,00
2045	3.275.312,25	22.923.628,42	-19.648.316,17		0,00
2046	3.130.003,56	22.855.986,96	-19.725.983,39		0,00
2047	2.953.037,75	22.895.110,40	-19.942.072,65		0,00
2048	2.816.623,04	22.681.896,96	-19.865.273,92		0,00
2049	2.696.237,40	22.337.124,03	-19.640.886,63		0,00
2050	2.599.992,57	21.829.618,07	-19.229.625,50		0,00
2051	2.446.621,42	21.513.914,66	-19.067.293,25		0,00
2052	2.288.377,74	21.192.529,96	-18.904.152,22		0,00
2053	2.175.111,56	20.612.049,32	-18.436.937,76		0,00
2054	2.075.102,11	19.924.484,69	-17.849.382,59		0,00
2055	1.974.918,11	19.198.545,92	-17.223.627,81		0,00
2056	1.876.202,25	18.430.113,35	-16.553.911,10		0,00
2057	1.782.854,54	17.607.807,03	-15.824.952,49		0,00
2058	1.682.830,33	16.791.335,30	-15.108.504,97		0,00
2059	1.591.569,56	15.915.695,64	-14.324.126,08		0,00
2060	1.501.906,35	15.019.063,54	-13.517.157,19		0,00
2061	1.411.720,39	14.117.203,86	-12.705.483,47		0,00
2062	1.321.501,69	13.215.016,90	-11.893.515,21		0,00
2063	1.231.788,22	12.317.882,24	-11.086.094,02		0,00
2064	1.143.139,43	11.431.394,25	-10.288.254,83		0,00
2065	1.056.137,63	10.561.376,26	-9.505.238,63		0,00
2066	971.346,84	9.713.468,36	-8.742.121,52		0,00
2067	889.265,25	8.892.652,50	-8.003.387,25		0,00
2068	810.296,60	8.102.965,98	-7.292.669,38		0,00
2069	734.745,19	7.347.451,89	-6.612.706,70		0,00
2070	662.791,94	6.627.919,45	-5.965.127,50		0,00
2071	594.617,24	5.946.172,45	-5.351.555,20		0,00
2072	530.495,44	5.304.954,43	-4.774.458,99		0,00
2073	470.706,07	4.707.060,74	-4.236.354,66		0,00
2074	415.430,32	4.154.303,19	-3.738.872,87		0,00
2075	364.733,64	3.647.336,37	-3.282.602,73		0,00
2076	318.551,53	3.185.515,34	-2.866.963,80		0,00
2077	276.719,54	2.767.195,44	-2.490.475,90		0,00
2078	239.028,01	2.390.280,07	-2.151.252,06		0,00
2079	205.295,70	2.052.956,96	-1.847.661,26		0,00
2080	175.305,11	1.753.051,07	-1.577.745,97		0,00
2081	148.768,74	1.487.687,41	-1.338.918,67		0,00
2082	125.349,47	1.253.494,74	-1.128.145,26		0,00
2083	104.806,48	1.048.064,82	-943.258,33		0,00
2084	86.925,33	869.253,33	-782.327,99		0,00
2085	71.400,54	714.005,40	-642.604,86		0,00
2086	57.892,98	578.929,81	-521.036,83		0,00
2087	46.172,27	461.722,71	-415.550,44		0,00
2088	36.118,88	361.188,83	-325.069,95		0,00
2089	27.673,96	276.739,57	-249.065,62		0,00
2090	20.770,66	207.706,64	-186.935,98		0,00
2091	15.267,46	152.674,57	-137.407,11		0,00
2092	10.986,39	109.863,85	-98.877,47		0,00
2093	7.754,86	77.548,64	-69.793,78		0,00
2094	5.380,31	53.803,13	-48.422,82		0,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: Projeção atuarial elaborada em <12/03/2020>

Município de Exu - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
TOTAL						-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Município de Exu - PE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2021
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Notas:

1- O Município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2021.

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as Receitas

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES	77.421.386,57	80.905.348,97	64.724.279,18	67.229.108,80	69.514.898,50	72.017.434,84	74.538.045,06
Receita Tributária	2.782.555,20	2.907.770,18	2.326.216,15	2.416.240,72	2.498.392,90	2.588.335,04	2.678.926,77
Receitas de Contribuições	3.069.230,40	3.207.345,77	2.565.876,62	2.665.176,05	2.755.792,03	2.855.000,54	2.954.925,56
Receita Patrimonial	545.771,52	570.331,24	456.264,99	473.922,44	490.035,80	507.677,09	525.445,79
Aplicações Financeiras (II)	545.771,52	570.331,24	456.264,99	473.922,44	490.035,80	507.677,09	525.445,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	426.760,10	445.964,30	356.771,44	370.578,52	383.178,19	396.972,60	410.866,65
Transferências Correntes	69.393.475,01	72.516.181,39	58.012.945,11	60.258.046,09	62.306.819,65	64.549.865,16	66.809.110,44
Outras Receitas Correntes	1.203.594,34	1.257.756,09	1.006.204,87	1.045.144,99	1.080.679,92	1.119.584,40	1.158.769,85
RECEITA DE CAPITAL	15.360.414,91	16.051.633,59	12.841.306,87	13.338.265,43	13.791.766,45	14.288.270,05	14.788.359,50
Operações de Créditos	550.540,80	575.315,14	460.252,11	478.063,86	494.318,03	512.113,48	530.037,45
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	188.956,80	197.459,86	157.967,89	164.081,24	169.660,00	175.767,76	181.919,63
Transferências de Capital	14.620.917,31	15.278.858,59	12.223.086,87	12.696.120,33	13.127.788,42	13.600.388,80	14.076.402,41
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIAS	2.906.992,80	3.037.807,48	2.430.245,98	2.524.296,49	2.610.122,57	2.704.086,98	2.798.730,03
TOTAL DAS RECEITAS	95.688.794,28	99.994.790,04	79.995.832,03	83.091.670,72	85.916.787,52	89.009.791,87	92.125.134,59

I - Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para as despesas

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)	79.635.268,80	83.218.855,89	66.575.084,71	66.627.243,97	68.892.570,26	71.372.702,79	73.870.747,39
Pessoal e Encargos Sociais	48.805.476,48	51.001.722,92	40.801.378,33	40.980.391,66	42.373.724,98	43.899.179,08	45.435.650,34
Juros e Encargos da Dívida	324.000,00	338.580,00	270.864,00	281.346,43	290.912,21	301.385,05	311.933,52
Outras Despesas Correntes	30.505.792,32	31.878.552,97	25.502.842,38	25.365.505,88	26.227.933,08	27.172.138,67	28.123.163,52
DESPESAS DE CAPITAL (II)	15.048.473,59	15.725.654,90	12.580.523,92	13.067.390,21	13.511.681,48	13.998.102,01	14.488.035,58
Investimentos	14.049.689,59	14.681.925,62	11.745.540,50	12.200.092,91	12.614.896,07	13.069.032,33	13.526.448,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	998.784,00	1.043.729,28	834.983,42	867.297,30	896.785,41	929.069,68	961.587,12
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	2.524.296,50	2.610.122,58	2.704.086,99	2.798.730,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	1.005.051,89	1.050.279,25	840.223,40	872.740,04	902.413,20	934.900,08	967.621,58
RESERVA DO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (V) = (I)+(II)+(III)+(IV)	95.688.794,28	99.994.790,04	79.995.832,03	83.091.670,72	85.916.787,52	89.009.791,87	92.125.134,59

Nota:

Para o exercício de 2019 o Município reduziu suas projeções em relação à receita e despesa levando-se em conta o cenário de crise na arrecação e repasses nacionais, bem como, baseando-se na execução orçamentária e real capacidade de arrecadação municipal de anos anteriores.

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	77.421.386,57	80.905.348,97	64.724.279,18	67.229.108,80	69.514.898,50	72.017.434,84	74.538.045,06
Receita Tributária	2.782.555,20	2.907.770,18	2.326.216,15	2.416.240,72	2.498.392,90	2.588.335,04	2.678.926,77
Receitas de Contribuições	3.069.230,40	3.207.345,77	2.565.876,62	2.665.176,05	2.755.792,03	2.855.000,54	2.954.925,56
Receita Patrimonial	545.771,52	570.331,24	456.264,99	473.922,44	490.035,80	507.677,09	525.445,79
Aplicações Financeiras (II)	545.771,52	570.331,24	456.264,99	473.922,44	490.035,80	507.677,09	525.445,79
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	426.760	445.964	356.771	370.579	383.178	396.973	410.867
Transferências Correntes	69.393.475,01	72.516.181,39	58.012.945,11	60.258.046,09	62.306.819,65	64.549.865,16	66.809.110,44
Outras Receitas Correntes	1.203.594,34	1.257.756,09	1.006.204,87	1.045.144,99	1.080.679,92	1.119.584,40	1.158.769,85
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	76.875.615,05	80.335.017,73	64.268.014,19	66.755.186,36	69.024.862,69	71.509.757,75	74.012.599,27
RECEITA DE CAPITAL (IV)	15.360.414,91	16.051.633,59	12.845.338,98	13.338.265,43	13.791.766,45	14.288.270,05	14.788.359,50
Operações de Créditos (V)	550.540,80	575.315,14	460.252,11	478.063,86	494.318,03	512.113,48	530.037,45
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VII)	188.956,80	197.459,86	162.000,00	164.081,24	169.660,00	175.767,76	181.919,63
Transferências de Capital	14.620.917,31	15.278.858,59	12.223.086,87	12.696.120,33	13.127.788,42	13.600.388,80	14.076.402,41
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	14.620.917,31	15.278.858,59	12.223.086,87	12.696.120,33	13.127.788,42	13.600.388,80	14.076.402,41
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	2.906.992,80	3.037.807,48	2.430.245,98	2.524.296,49	2.610.122,57	2.704.086,98	2.798.730,03
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	94.403.525,16	98.651.683,80	78.921.347,04	79.451.306,69	82.152.651,11	85.110.146,55	88.089.001,68
DESPESAS CORRENTES (X)	79.311.268,80	83.218.855,89	66.575.084,71	66.627.243,97	68.892.570,26	71.372.702,79	73.870.747,39
Pessoal e Encargos Sociais	48.805.476,48	51.001.722,92	40.801.378,33	40.980.391,66	42.373.724,98	43.899.179,08	45.435.650,34
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	338.580,00	270.864,00	281.346,43	290.912,21	301.385,05	311.933,52
Outras Despesas Correntes	30.505.792,32	31.878.552,97	25.502.842,38	25.365.505,88	26.227.933,08	27.172.138,67	28.123.163,52
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	79.311.268,80	82.880.275,89	66.304.220,71	66.345.897,54	68.601.658,06	71.071.317,75	73.558.813,87
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	15.048.473,59	15.725.654,90	12.580.523,92	13.067.390,21	13.511.681,48	13.998.102,01	14.488.035,58
Investimentos	14.049.689,59	14.681.925,62	11.745.540,50	12.200.092,91	12.614.896,07	13.069.032,33	13.526.448,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	998.784,00	1.043.729,28	834.983,42	867.297,30	896.785,41	929.069,68	961.587,12
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	14.049.689,59	14.681.925,62	11.745.540,50	12.200.092,91	12.614.896,07	13.069.032,33	13.526.448,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.005.051,89	1.050.279,25	840.223,40	872.740,04	902.413,20	934.900,08	967.621,58
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	2.524.296,50	2.610.122,58	2.704.086,99	2.798.730,04
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	94.366.010,28	98.612.480,76	78.889.984,61	79.418.730,49	82.118.967,33	85.075.250,15	88.052.883,91
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	37.514,88	39.203,04	31.362,43	32.576,20	33.683,79	34.896,40	36.117,78

Nota:

- 1- Os dados relativos as receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- 2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	(b) 2017	(c) 2018	(d) 2019	(e) 2020	(f) 2021	(g) 2022	(h) 2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	103.440,82	108.095,66	112.959,96	117.331,52	121.320,79	125.688,34	130.087,43
DEDUÇÕES (II)	2.231.298,77	2.331.707,21	2.821.992,93	2.931.204,06	3.030.865,00	3.139.976,14	3.249.875,30
Ativo Financeiro	4.653.300,92	4.862.699,46	5.081.520,94	5.278.175,80	5.457.633,77	5.654.108,59	5.852.002,39
Haveres Financeiros	121.201,23	126.655,28	132.354,77	137.476,90	142.151,11	147.268,55	152.422,95
(-) Restos a Pagar Processados	2.543.203,38	2.657.647,53	2.391.882,77	2.484.448,63	2.568.919,89	2.661.401,00	2.754.550,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(2.127.857,95)	(2.223.611,55)	(2.709.032,97)	(2.813.872,54)	(2.909.544,21)	(3.014.287,80)	(3.119.787,88)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(2.127.857,95)	(2.223.611,55)	(2.709.032,97)	(2.813.872,54)	(2.909.544,21)	(3.014.287,80)	(3.119.787,88)
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)	(h-g)
	(157.619,11)	(95.753,60)	(485.421,42)	(104.839,58)	(95.671,67)	(104.743,59)	(105.500,07)

- Notas:
- 1- O cálculo das Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal,
- *: Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao realizado no exercício de 2017.

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	103.440,82	108.095,66	112.959,96	117.331,52	121.320,79	125.688,34	130.087,43
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outra Dívidas	103.440,82	108.095,66	112.959,96	117.331,52	121.320,79	125.688,34	130.087,43
DEDUÇÕES (II)	2.231.298,77	2.331.707,21	2.821.992,93	2.931.204,06	3.030.865,00	3.139.976,14	3.249.875,30
Ativo Disponível	4.653.300,92	4.862.699,46	5.081.520,94	5.278.175,80	5.457.633,77	5.654.108,59	5.852.002,39
Haveres Financeiros	121.201,23	126.655,28	132.354,77	137.476,90	142.151,11	147.268,55	152.422,95
(-) Restos a Pagar Processados	2.543.203,38	2.657.647,53	2.391.882,77	2.484.448,63	2.568.919,89	2.661.401,00	2.754.550,04
DCL (III)=(I-II)	(2.127.857,95)	(2.223.611,55)	(2.709.032,97)	(2.813.872,54)	(2.909.544,21)	(3.014.287,80)	(3.119.787,88)

Nota:

1- Se as deduções forem maiores que o montante da Dívida Consolidada, o valor da Dívida Consolidada Líquida será considerado igual a zero.

Município de Exu - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	300.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	300.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
	200.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Limitação de empenho e movimentação financeira	2.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
	1.000.000,00	Limitação de empenho e movimentação financeira	1.000.000,00
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	3.000.000,00	SUBTOTAL	3.000.000,00
TOTAL	3.500.000,00	TOTAL	3.500.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças